ANO 9.º — Sexta-feira, 8 de Dezembro de 1816 — (AVENÇA) — NUMERO 451

O DEMOCRATA

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

DIRECTOR E EDITOR
Arnaldo Ribeiro
—(•)—
PROPRIEDADE da EMPREZA

Oficina de composição, R. Direita —Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luiz de Camões—**Aveiro**

Redacção e Administração, Rua Direita, n.º 54

País unico

Com o protraímento indefinido do tremendo conflito em que se debate a grande maioria das nações europeias, a situação economica de todos os povos agrava-se progressiva e assustadoramente.

Nações beligerantes ou neutras, europeias, asiaticas ou americanas, todas experimentam, posto que com desigual intensidade, os efeitos da gigantesca conflagração.

Do que, em materia de dificuldades economicas, vai pelos imperios centrais dão-nos ideia as raras noticias que uma ferrea censura deixa transpirar para o exterior.

Por elas se vê que a crise é ali, dia a dia, mais angustiosa, tendo o preço de muitos generos e mercadorias triplicado, quintuplicado e mesmo decuplicado e faltando outros por completo, ou pouco menos. E nada admira que assim seja, dado o apertado bloqueio posto pelos aliados ás nações do bloco germano-turco-bulgaro.

Mas, por sua vez e posto que menos intensamente, faz-se a crise tambem sentir em todos os restantes países, quer neutros, quer beligerantes.

Estes, não obstante a guerra submarina, continuam tendo o mar livre, ou pouco menos; mas o preço dos transportes elevou-se prodigiosamente e o custo dos diversos artigos subiu imenso nos mercados de origem.

O desvio da actividade de enormes massas de homens para trabalhos exclusivamente relacionados com a guerra determinou avultado *deficit* de braços nos restantes campos da actividade humana, dando uma nova e poderosissima causa de carestia.

Isto sem contar com as manobras da especulação comercial, que, como reza a historia, foi sempre uzeira e vezeira em aproveitar todas as épocas de crise para se locupletar á custa da fome dos povos.

Do jogo de todos estes factores, coadjuvados ainda por outros de somenos importancia, nasceu uma situação angustiosa, com tendencias para agravar-se, e que os governos dos diversos estados beligerantes, e mesmo dos neutros, veem procurando atenuar pela adopção de numerosas medidas, as quais, nos imperios centraes, tem chegado ao extremo da mobilisação de toda a população.

Entre essas medidas figuram, em primeira linha, as destinadas a restringir os gastos necessarios e a evitar os gastos superfluos.

Assim, na Inglaterra, na prospera e opulenta Inglaterra, decretou o governo uma unica qualidade de pão e vai proíbir, se é que, a estas horas, já não proíbiu, o fabríco de pasteis, *bonbons* e outras gulodices; ao mesmo tempo, vão ser tomadas medidas tendentes a impedir que as batatas e outros generos proprios para a alimentação humana sejam gastos na dos animais. Isto na riquissima Inglaterra, a nação mais poderosa do mundo.

Em França, com o fim de economisar carvão, foi, ha pouco, ordenado o encerramento ás 18 horas de quasi todos os estabelecimentos publicos de venda. Eguais providencias tomou a Italia, onde, por outro lado, a rainha, dando o exemplo da parcimonia, prescreveu o luxo nos trajes das damas da côrte. E medida mais radical toma, em materia de artigos de ostentação, a Russia, que acaba de proíbir a importação de todos os objectos de luxo.

Ao mesmo tempo, a França, a Italia, a Inglaterra, a Russia, etc., proíbem a venda de carne um ou mais dias por semana.

Em Portugal, mercê não sabemos se de inconsciencia, se de irremediavel cegueira, navegamos bem longe destas aguas.

O português, como não ouve o estalar das granadas, nem vê os dirigiveis germanicos cruzando os ares, parece que não sómente ainda se não capacitou de que estâmos em guerra, como nem sequer logrou convencer-se de quanto é critica a hora que atravessâmos.

Ignorante, desleixado, embebido de um sordido egoismo obtuso e de uma imprevidencia de cigarra, atufado num comodismo refractario a todo o espirito de solidariedade social, quer levar a vida, nesta hora tremenda, nesta hora unica na historia da humanidade, sem embaraços, sem dificuldades, sem sacrificios, exactamente como a levava nos tempos deleitosos da mais profunda paz.

Nada de incomodos, nada de restrições, nada de economias, nada de contrafazer velhos habitos...

O senhor está acostumado aos bifinhos e aos ovinhos. Venham, pois, os bifinhos e os ovinhos, ainda que duplicados no custo. A senhora, de estomago á prova de dispepsia, alêm de amante de bifinhos e ovinhos, tomou o habito de se atafulhar de pasteis e outras gulodices. Quem poderá ter a crueldade de a privar de tão inocente prazer? A menina, alêm de glutona, é amiga do luxo, da ostentação, das sêdas, das rendas, dos veludos.. Venha, pois, tudo isso para a menina e mais alguns pares de botas de cano alto, ao preço de 45 escudos o par! E venham, ainda, pandegas e divertimentos para toda a familia, porque é preciso mostrar as rendas e as sêdas e fazer exercicio para esmoer as pançadas...

Assim alastra, num desvario, umas vezes comico, outras tragico e outras simplesmente idiota, a corrente da perdularidade.

Em Lisboa, não obstante as crescentes dificuldades da vida e quando o mais elementar patriotismo aconselhava economia, diz toda a gente que de lá vem que nunca se luxou tanto. Da capital e numa epilepsia contagiosa, a corrente dos esbanjamentos alastra por todo o territorio de Portugal.

E não é só nas classes ricas ou nas remediadas que este desvairamento, esta absoluta e antipatriotica incompreensão da gravidade das circunstancias do momento que atravessâmos se manifesta, ou antes, se ostenta.

O desatino generalisou-se estupendamente e todos, ricos e pobres, querem viver, nesta hora de tremenda crise, exactamente como viviam antes de estalar a conflagração europeia.

Um unico exemplo bastará para o demonstrar. Em diversas regiões de Portugal, e o concelho de Aveiro é uma delas, um dos almoços preferidos pelo nosso povo é o café, em geral cortado dum golo de leite, adoçado com açucar e acompanhado dum naco de pão trigo.

Quando, em fins de agosto e principios de setembro ultimos, o açucar escasseou, a ponto de, em muitas localidades, desaparecer do mercado, muito homemsinho e muita mulhersinha deu ao diabo a cardada, não sabendo como resolver o problema de adoçar o predileto café.

O problema era, todavia, duma simplicidade infantil: bastava, como fez muita gente boa, que nem por isso emagreceu, prescindir do açucar, passar sem doçuras.

Pois não havia meio de por esta fórma o entenderem. Passar sem o açucarsinho! Pois podia lá ser! E pobres creaturas que não ganham o suficiente para matar a fóme, continuaram, com grande gaudio do *benemerito* comercio nacional, a comprar açucar, apezar de lh'o impingirem a 10 e 12 tostões cada quilograma!

E isto porque, numa obtusa escravidão a velhos habitos, não podiam passar sem o açucarsinho.

E' verdade que, em seguida, desabafavam a raiva da extorsão barafustando contra a Republica, que, como é sabido, foi quem desencadeou a guerra europeia e é que eleva o custo dos transportes e o preço dos generos...

Tanto misto de imbecilidade e ignorancia!...

Este exemplo é tipico e mostra cabalmente como a grande maioria do povo português entende que deve proceder nas circunstancias presentes.

Nada de poupanças, nada de incomodos, nada de restrições... Esta vida são dois dias e é preciso gosa-los... Portanto venha o indispensavel, venha o necessario, venha o superfluo, venha o luxo, a ostentação, o esbanjamento. Nada de constrangimentos, nada de alterar velhos habitos.

Debalde a crise em que o mundo inteiro se debate, sobe, numa maré enchente de angustias, ameaçando tragar os imprevidentes; debalde numerosas nações estrangeiras, cem vezes mais ricas e cem vezes mais previdentes que Portugal, tomam rigorosas, apertadissimas medidas economicas; debalde o cambio, trepando vertiginosamente, se eleva a alturas ha muito desconhecidas, mesmo durante a grande crise financeira iniciada em 1891; debalde a libra atinge o valor de nove escudos!

Tudo é em vão! Os extraordinarios habitantes deste país unico—com os ouvidos totalmente cerrados ao grito de *economia! economia!*—teimam a querer viver como em tempos da mais absoluta normalidade.

A guerra, essa guerra estupenda, sem exemplo na historia, é, para eles, como se não existisse. Pois se muitos deles, já mobilisados, exercitados e apetrechados para entrarem em combate, ainda estão firmemente convencidos de que não partirá qualquer expedição portuguêsa para o teatro europeu das operações militares...

Assim, neste obtuso alheamento das mais palpaveis realidades, continuam a proceder como em época de perfeita paz. E se tudo isto, ámanhã, ou alêm, se afundasse numa derrocada irremediavel, teriam, ao menos, a satisfação de levar a barriguinha bem atolhada de doçuras e bifinhos, os corpinhos bem entrapados em rendas, sêdas e veludos e as alminhas regaladinhas pela ininterrupta e assidua observancia de todos os seus habitos, manias e costumeiras.

Curiosa gente...

Que isto nem chega a ser falta de patriotismo e de justa compreensão das gráves circunstancias da hora presente, porque, em ultima analise, não passa da falta de senso comum.

Felizmente, como ainda nem todos pairam para lá da lua, anunciam as gazetas de larga informação que a Comissão de Abastecimento vai propôr ao governo uma série de medidas, analogas ás já adoptadas em todos os países beligerantes e em muitos dos neutraes e tendentes a pôr um dique a esta torrente de esbanjamentos, comodismo e inconsciencia.

Que venham bréve e dotadas da eficacia precisa para chamar á justa compreensão das necessidades do momento quantos dela andam arredados, é o que se requer.

A exemplo do que vai por todos os países, urge que Portugal entre no caminho da mais parcimoniosa e severa economia.

A pata alemã

—(*)—

O governo, ás primeiras horas da manhã de segunda-feira ultima, fez distribuir a seguinte *nota oficiosa* que dentro em breve era conhecida de todo o país:

Segundo noticias recebidas no ministerio da marinha foram torpedeados e afundados por tres submarinos alemães, ontem, domingo, pelas oito horas, no porto do Funchal, tres navios ali fundeados: o navio apoio de submarinos *Kangoros*, a canhoneira francesa *Surprise* e o vapor inglês *Dacia*. Depois do torpedeamento, os submarinos bombardearam a cidade durante duas horas, conservando-se a tres milhas de distancia, respondendo-lhe as baterias de terra, fazendo-se depois os submarinos ao mar. Não são de grande importancia os estragos materiais em terra até agora verificados, não havendo mortos nem feridos na cidade. Consta ao governo que da canhoneira francêsa morreram 34 homéns, incluindo o comandante, e que por virtude do torpedeamento morreram alguns maritimos madeirenses que se supõe estariam nas proximidades dos navios torpedeados. O governo tomou providencias.

Noticias posteriores dizem que tanto o afundamento dos navios como o bombardeio da Ilha da Madeira se deve apenas a um submarino, tendo vinte predios sido atingidos pela metralha vomitada das suas peças.

A população fugiu espavorida, só regressando á cidade quando se capacitou de que já não corria risco.

E' esta a primeira prova da imprevidencia do governo, não sendo de admirar que outras se lhe sigam como consequencia logica do abandono a que foi votada a nossa defêsa maritima.

Se o tempo é pouco para discursos *patrioticos*...

Venha de lá isso

—(*)—

O *orgão do Partido Republicano Português em Aveiro* promete no numero de ontem averiguar duma historia em que anda envolvido um porco que o *imaculado* recebeu ás dóses por prometer livrar de militar certo mancebo de Verdemilho.

Havendo quem suponha que esta *bisca* é jogada a alguem do *Democrata*, emprazâmos desde já o *orgão* a activar as suas deligencias no sentido de quanto antes trazer a lume tudo o que diz respeito á aludida historia. Mas hade ser completa. Hade citar o nome do mancebo, da familia do mancebo e de quem recebeu o porco, *ás dóses*, porque um caso de semelhante naturêsa não póde ficar envolvido no misterio.

Vâmos a ele. O *orgão do Partido Republicano Português em Aveiro* vai falar. Trata-se dum negocio que tem de ser esclarecido com todas as minucias e que nós não dispensâmos de o vêr relatado pelo *orgão*, cujo interesse em nos confundir se torna cada vez mais visivel e manifesto.

Fale, fale, fale e sem temor.

A NAVEGAÇÃO

Consta que vão paralisar as carreiras dos vapores da Empreza Nacional, em virtude dos tripulantes se recusarem a embarcar sem meios de defêsa contra os submarinos.

O *Africa*, que devia saír a 6 para Moçambique, já adiou a partida por esse motivo.

UMA ACLARAÇÃO

—(*)—

Do nósso velho e querido amigo, sr. dr. Abilio Marques, abalisado clinico, com residencia na Costa de Valado, recebemos para ser inserto no *Democrata* de hoje, o seguinte:

Pessoa amiga trouxe-me, alguns dias depois de publicado, o n.º 33 do jornal *A Razão*, de 26 de outubro, orgão do Partido Republicano Português em Aveiro, que, numa local inserta na 2.ª pagina, se referia ao meu nome e, ao mesmo tempo, *«ao chefe dum partido que ninguem conhece mas que todos sabem ser a barriga.»*

Pouco tempo depois, no dia 23 de novembro, encontrando no estabelecimento do snr. Bernardo Torres, aos Arcos, o director de aquele jornal, dr. Alberto Ruela, dirigi-me a sua ex.ª e disse-lhe:

— O seu jornal, no numero de 26 de outubro, numa local que fala no meu nome, alude, tambem, *«ao chefe dum partido que ninguem conhece mas que todos sabem ser a barriga»*. Desejo que me diga se é a mim que esta passagem se refere e, no caso afirmativo, quero que exponha no mesmo jornal todos os factos comprovativos dessa politica de barriga e qual o partido que ma consente.

O snr. Ruela afirmou que não se lembrava do artigo, por ter passado muito tempo já, mas que o ia lêr e, depois, responderia.

Disse-lhe que o artigo, tal como fôra publicado, sem assinatura, no corpo do jornal, se considerava da redacção, da responsabilidade do seu director e, portanto, opinião do seu partido. Que era a ele, por isso, que pedia aquela aclaração e só a ele.

— E' simples a tarefa. E' a mim que se refere o seu jornal? Faça o sr. Ruela as investigações que julgar convenientes, colha os elementos que quizer e de quem quizer e fale francamente e sem qualquer receio.

Em 27 escrevi ao snr. Ruela participando-lhe que, no dia seguinte, ás doze horas, estaria no estabelecimento do snr. Bernardo Torres, onde esperava encontrá-lo.

Ao chegar ali, aproxima-se de mim um cidadão que, após o cumprimento, me diz:

— Que diabo é isso? Vens cá para bater no Ruela?

E, ante o meu espanto e surpreza, acrescentou:

— Não te espantes, porque o Ruela mostrou a carta ao comissário de policia — afirmação esta que, mais tarde, o sr. Ruela confirmou.

Respondi-lhe que não ia ali com intuito belicoso, mas apenas para ouvir uma explicação que ele prometera dar-me.

Notei, porêm, que ao estabelecimento do sr. Torres começavam a chegar cidadãos que ali ficavam *pousando*...

Aparece o sr. Ruela e, de jornal na mão, apontando a passagem da local, diz-me:

— Parece-me que isto não se refere a V.

— *Parece-lhe?* Então V. Ex.ª, director dum *orgão oficial* de partido, na capital dum distrito, não sabe, por si ou pelos seus cooperadores no jornal, a quem fazem as referencias? Isso, então, não é uma redacção, é uma coisa que me abstenho de qualificar. *Parece-lhe?!*

Neste momento, o sr. Bernardo Torres, intrometendo-se, alvitra — *que era melhor entregar o*

Um revez

—(*)—

O sr. presidente do ministerio comunicou ao Congresso que as tropas portuguesas, em operações no territorio da colonia alemã da Africa Oriental, sofreram nos fins do mez passado um gráve revez pelo que tiveram de abandonar, depois de largo e violento combate, os fortes de Mahuta e Chichíra.

Ha grande anciedade em saber pormenores dos acontecimentos para socêgo mesmo de muitas familias dos que se arriscaram nesse doloroso transe.

Não é tanto

Dizem-nos que o snr. Acacio Rosa não recebe pelos trabalhos *flutuantes* da secretaria da Comissão de Subsistencias extinta ha mezes 25$00, mas sim 15, que é quanto figura na folha do mez passado.

Para o caso vale o mesmo. Mais dez menos dez o que importa saber-se é a pouca vergonha que representa o pagamento duma tal quantia nas condições expostas a semana passada.

O' Acacio: larga o osso!

O DALOT

Morreu na quarta-feira em Lisboa o velho emprezario de teatro e circos de feira, Carlos Dalot, muito conhecido em todo o país.

A Aveiro veio ele pela primeira vez no ano de 1890, devendo estar ainda na memoria de muitos os espectaculos no barracão do Rocio, com scenas amorosas, manifestações patrioticas, pancadaria e tudo.

Bons tempos.

caso a uma comissão composta de tres membros para resolver o assunto e eu que fizesse o pedido por escrito.

Cortei a palavra ao sr. Torres, repelindo a proposta, e dizendo que não admitia que ele, nem ninguem, viesse intrometer-se numa conversa que era apenas entre mim e o sr. dr. Ruela. Que só a este sr. pedia explicações.

Então o sr. Ruela, visivelmente atrapalhado, diz-me:

— O artigo não é meu, é de F. Ele que lhe dê as explicações.

E declinou o nome dum *creaturo* que tenta, ha muitos anos, ferir-me por todos os meios; com quem, ha quatorze anos, tenho as relações cortadas; a quem voto um despreso profundo e com quem não posso, nem quero, por decôro proprio, discutir.

Deste modo, o sr. Ruela, transformou o aspecto da questão, *que parecia opinião geral da redacção e dum partido*, num caso de odio e rancor pessoal, o que nem é digno, nem era de esperar duma pessoa correcta.

Discutir com o tal *creaturo*, seria rebaixar-me.

Apezar da declaração do snr. Ruela, emprazei-o a dizer, no numero imediato do seu jornal, claramente, se a passagem se referia a mim e, no caso afirmativo, que dissesse tudo quanto podesse saber.

E virei-lhe as costas.

* * *

O ultimo n.º de *A Razão*, diz:

EXPLICANDO

Achando-se o sr. dr. Abilio Marques atingido na sua dignidade politica, pelo artigo *A Junta de Paroquia da Oliveirinha e o referendum...*, inserto no n.º 33 deste jornal, cumpre-nos declarar o seguinte:

1.º—Não é da nossa autoria o referido artigo, mas sim do sr. Manuel Dias, da Oliveirinha, que nos autorisou a declinar o seu nome, declarando que toma inteira responsabilidade de tudo quanto ali se diz.

2.º—Não conhecemos a politica do sr. dr. Abilio Marques, por isso não lhe podiamos atribuir isto ou aquilo, e muito menos a este respeito fazer qualquer insinuação desprimorosa—como a de seguir a politica barriguista—com o que se julga melindrado.

Como se vê, pela sua leitura, o *Explicando* não esclarece a quem se refere aquela passagem do artigo.

Eu nunca disse, nem mostrei ao sr. Ruela que *me achava atingido na minha dignidade politica, nem tão pouco melindrado*, como mentirosamente afirma no *Explicando*. Isso inventou-o, arranjou-o este chôcho jornalista, para poder emoldurar, dando-lhe aparencia de airosa, a porta falsa por onde quiz safar-se e poder chamar, para a questão, um testa de ferro.

Pois se eu não sabia que era a mim que se referia a passagem do artigo, e por isso pedia a aclaração do sr. Ruela, como podia *achar-me atingido e melindrado*, como escreve?

Deste modo, como nada explica o *Explicando*, nada tenho a responder.

* * *

Terminando, acrescentarei: *A Razão*, que se diz orgão do Partido Republicano Português em Aveiro, aceitando-se como bôas as *explicações* do snr. dr. Ruela, não tem pejo de publicar como cousa sua, a prosa de qualquer *quidam*, sabendo, de antemão, que ela é filha simplesmente do odio pessoal. E se alguem, julgando, como é de direito, responsavel por ela o seu director, vier perguntar-lhe a quem se refere, a sua resposta será:— *Quem escreveu isso foi este coiso.* E, fugindo á responsabilidade, aponta-lhe um *creaturo* com quem se não póde nem deve discutir.

Com o mais profundo despreso, damos o caso por liquidado.

Abilio Gonçalves Marques

O Castélo da Feira

—(*)—

ULTIMA ÉTAPE

Meu caro Arnaldo

Para fechar esta questão, que podendo ter sido uma util e interessante discussão historica e artistica, de incontestaveis vantagens para o Castélo da Feira, o meu ilustre antagonista tão incriteriosamente transformou numa questão pessoal, irritante e sem merecimento algum para o assunto debatido, envio-lhe copia dos dois oficios que troquei com a comissão do Castélo.

De polémica, não escreverei mais uma palavra, seja qual fôr a atitude do meu adversario que tão ingloriamente liquida um motivo de interesse.

Seguem as copias:

Il.mo e Ex.mo Sr. Presidente da Comissão de Conservação do Castélo da Feira

Para que qualquer mal entendido se não estabeleça a proposito de umas leves impressões de *tourriste* que ha dias publiquei, sobre uma visita que ha semanas fiz ao Castélo da Feira, em *O Democrata*, de Aveiro, tomo a liberdade de lhe remeter o exemplar do citado jornal onde vem inserto o meu artigo.

Apresso-me, porêm, a declarar que *nenhuma intenção de desprimor ou menos consideração para com a prestimosa Comissão de Conservação* podia mover-me, não só porque não tenho a honra de conhecer nenhum dos seus ilustres membros, mas porque sou por indole avesso a procedimento menos delicado para com quem quer que seja.

Todavia não me negam V.as Ex.as certamente, a natural liberdade de apreciação, no pleno uso de um direito de livre critica que a todos assiste e em virtude do qual eu me permiti exteriorisar a minha discordancia sobre a fórma como são orientados os trabalhos de conservação e *cabe aqui declarar que ao manifesta-la pario do principio de que tal orientação deve ser da responsabilidade da Comissão Central dos Monumentos Nacionais, sendo a comissão local tão sómente executora das indicações superiores.*

Calculei tambem, e tive depois a confirmação, que outra das causas da pobreza de execução se deve á tradicional falta de verba, quando tanto no nosso país se esbanja em inconfessaveis misterios...

Mas o que tive simplesmente em vista ao falar dessa inestimavel joia do nosso desbaratado patrimonio historico, foi levantar um brado de álerta a favor desse tão pouco conhecido quanto curioso monumento, que eu desejaria vêr noutro estado de conservação e de proteção que não encontrei.

Não imputo a V.as Ex.as responsabilidades de qualquer natureza, pois sei que são alheios a elas, tendo de subordinar-se aos escassissimos meios que lhes fornece a Comissão de Monumentos ou quem seja.

Não posso, porêm, deixar de exteriorisar o meu protesto por vêr que se deixam assim abastardar, perder os ultimos testemunhos da nossa historia medieval e antiga, nós que, exclusivamente devido ao criminoso desleixo de entidades oficiais, sômos hoje o país mais pobre de monumentos tradicionais, de documentos historicos que nos atestem a gloria do nosso honroso passado.

A Espanha, rica de monumentos antiquissimos das épocas préromana, romana, gotica, árabe e medieval, trata com verdadeiro carinho de zêlosa mãe, os mais insignificantes dos seus monumentos historicos, marcos miliarios a atestarem-lhe toda a grandeza do seu remotissimo passado. A França e a Italia tambem, a Inglaterra e a Alemanha egualmente.

E' que a tradição, especialmente trazida até nós pelos monumentos arqueologicos, é para essas nações progressivas e adiantadas, o mais forte laço que liga as gerações presentes ás terras dos seus antepassados, recordando-lhes á custa de que sangrentos heroismos, de que homericas lutas, de que sublimes sacrificios no altar da Patria foram conquistadas as liberdades de hoje, se constituiram as nações de agora.

Foi, Ex.mo Snr., ao perpassar no meu espirito o espectaculo dolorosamente triste da aridez documental do nosso passado tão cheio de nobilissimos exemplos de virtudes civicas e militares *que, espontaneamente e sem intuito de magoar fosse quem fosse*, eu levantei a minha modestissima voz no proposito de acordar a consciencia adormecida dos que dentro em pouco farão de nós um povo espurio sem tradições e sem passado.

Neste sentido me dirijo tambem á Sociedade Propaganda de Portugal, á Associação dos Arqueologos e Arquitectos Portuguêses, á Comissão dos Monumentos Nacionaes e ao Ministério de Instrucção Publica, ao qual julgo que tal comissão está afecta, chamando a sua atenção para a necessidade de arrancarem o vetusto e belo monumento ao perigo de ruina irremediavel em que o coloca a exiguidade de recursos da comissão local.

E prestando homenagem á boa vontade de V.as Ex.as que particularmente soube ser dedicadissima e patriotica, fico inteiramente ao dispôr da Comissão de Conservação do Castélo da Feira e subscrevo-me etc.»

Aqui têm meu amigo o documento que lhe prometi e aos leitores de *O Democrata*.

Nele grifei os periodos, só por si bastantes para mostrar a correcção de que usei para com a comissão da Feira, cujo secretário, sr. dr. Aguiar Cardoso, não encontrou em sua defêsa melhores argumentos do que os termos grosseiros, quasi soêzes de que lança mão para me reduzir, esquecendo, no respeito que aos outros deve o que deve a si proprio, e que argumentos de tal... força não vencem nem convencem.

Sua Ex.a esqueceu ainda o proloquio francês: *si tu te fâches, tu n'as pas de raison...*

Eu, porêm, no campo do insulto deixo inteira vitória ao meu ilustre antagonista.

O oficio de resposta ao meu é como segue:

Vila da Feira, 8 de Novembro de 1916.

Il.mo e Ex.mo Sr. Humberto Beça

Venho em nome desta Comissão agradecer a V. Ex.a o atencioso oficio de 29 de Outubro e bem assim o grato oferecimento de seus serviços prestantes, em favor do Castélo da Feira.

A' menos grata critica, por V. Ex.a feita aos trabalhos que esta Comissão ali realisou—em vista do abandono, o mais completo, a que tem sido votado o precioso monumento pelo Estado—a essa, respondo, como era do meu dever, no mesmo periodico em que ela foi publicada.

Tenho a convicção de que, se V. Ex.a tivésse visitado o Castélo antes de 1909, se V. Ex.a soubésse da urgencia que impôz a construção daquele *feio paredão*, afim de consolidar o terreno em que assenta a imponente torre de menagem, sériamente ameaçada de desmoronamento, e ainda quem construiu, e com que fim, o *muro dos vidros de garrafa*, não teria feito aquela ingrata critica. E' que, dado o desmoronamento da torre, ficavamos ante o irremediavel. E aquele paredão que importou em cêrca de 60$00, a todo o tempo é substituido pela *muralha de verdade historica* que todavía se não faz com menos de 1.000$00, mas que é sempre remediavel.

Desde os fins de 1914, que se não tem feito dispendio senão com o guarda, afim de estarmos habilitados a custear a impressão duma monografia destinada a guia do visitante, composta de 3 partes—descripção do monumento, sua historia, e noticia dos seus senhores, os Condes da Feira de nobilissima estirpe extinta em 1700.

Presentemente o Estado dotou com a quantia de 1.400$00 as urgentissimas obras de reparação da Torre, mas de tal complexidade são elas, que se ignora ainda quando terão começo. Serão dirigidas pelo considerado engenheiro Von Hafe, actual Director das Obras Publicas de Aveiro.

Desde que a Comissão local se instalou, é esta a primeira verba concedida pelo Estado, se por desgraça ainda não sofrer desvio, dada a situação anormal que atravessamos.

Oficialmente, só nos tem valido o nosso prestante conterraneo Sousa Brandão, alto funcionario do Ministério do Fomento.

Particularmente, as grandes fortunas desde concelho, tão importante que ocupa no país o 10.º lugar como população, sempre se mostraram imperturbaveis perante o estado precario daquele notabilissimo padrão que, se honra a terra pela sua erecção, tambem a desonra pelo seu irremediavel desmoronamento se lhe não acodem. Junto a circular que foi enviada ás principaes individualidades da terra, com minimo exito.

Aceite V. Ex.a os protestos da minha consideração e estima.

Antonio Augusto d'Aguiar Cardoso
Secretário da Comissão

Do confronto destes dois documentos que tirem os leitores de *O Democrata*, as conclusões que lhes sugerir a orientação desastrada que se deu a uma questão que de tão uteis proveitos podia ser para o monumento que a ocasionou.

E com esta encerro o incidente definitivamente, aproveitando a ocasião para pedir ao Ex.mo presidente da Comissão de Conservação do Castélo que me inscreva como subscritor para as obras do monumento, nas condições da circular que me enviaram, e a partir do p. p. mez de setembro, data da minha visita ao historico monumento.

Creia-me

Seu am.º grato, etc.

Porto, 3—12—916.

Humberto Beça

A reunião politica

Um *cidadão de Aveiro*, escreve-nos:

... Sr. Arnaldo Ribeiro

O ultimo n.º do seu jornal noticia que numa reunião do partido democratico tomou parte o sr. Delegado do Procurador da Republica nesta comarca. Surpreende-me profundamente tal referencia que talvez seja resultado de qualquer confusão por me parecer absolutamente incrivel ter-se dado tal facto. Esses magistrados, supômos, poderão ser tudo menos politicos, intervindo em resoluções que, ferindo interesses ou susceptibilidades de segundos, põem em perigo e em duvida a integridade e a independencia da justiça. A mim e a quantos como eu pensam, prestará V. um grande serviço dizendo o que se lhe oferecer.

O *cidadão de Aveiro* hade perdoar, mas neste momento é-nos vedado ir mais álém do que já fômos. Todavía, para que duvidas não subsistam ácêrca da alusão feita á estada do sr. dr. Adriano de Amorim na reunião partidaria do dia 25 de Novembro, transcrevemos do velho *Camaleão* a noticia que dela dá, assim concebida:

«Reuniram, como disséramos, no sábado passado, na sala do Centro republicano democratico, as comissões e individualidades politicas democraticas do distrito, comparecendo elevado numero e fazendo-se alguns membros de fóra representar.

Presidiu o sr. dr. Samuel Maia, secretariado pelo sr. dr. Adriano de Amorim, tomando aquele em primeiro logar a palavra para expôr o assunto da convocação, falando depois outros oradores, entre os quais os srs. dr. Eugenio Ribeiro, digno chefe do distrito; drs. Ferraz Chaves e Marques da Costa, deputados pelos dois circulos locais e outros.

Versaram-se assuntos de importancia, e, com a plena adesão de toda a assembleia, ficou assente que a Comissão distrital, acompanhada dos deputados da região, vá proximamente a Lisboa expôr de viva voz ao Diretorio a necessidade de olhar com olhos de vêr pelas coisas que politicamente interessam ao partido e ao distrito.

Da reunião ficou boa impressão nos assistentes, afirmando-se ali a coesão e o mais perfeito espirito partidario do grande agrupamento politico que é o Partido republicano português.»

Não póde haver, como se vê, testemunho mais insuspeito, visto que na sala e ombro a ombro com antigos e dedicados republicanos, embora em reduzido numero apezar de se escrever o contrario, estava quem, pelas suas *crenças e arreigadas convicções democraticas*, tinha todo o direito a ser convidado...

Se a reportagem foi tão minuciosa que nem os membros de fóra lhe escaparam...

Falta de espaço

Por este motivo ficam sem publicação esta semana alguns originaes em nosso poder, e entre eles um artigo do sr. dr. Aguiar Cardoso de resposta ao ultimo de Humberto Beça.

Que ele nos desculpe na certêsa de que não perdendo, como não perde a oportunidade, irá no proximo numero.

Notas mundanas

Por se lhe terem agravado os padecimentos recolheu novamente ao leito o esclarecido professor do liceu, sr. dr. José Rodrigues Soares.

✠ *Também tem estado doente de cama o estimado proprietario da casa de modas* A Elegante, *sr. Pompeu da Costa Pereira.*

✠ *Vimos já na rua, em convalescença, o sr. Manuel Marques da Cunha, activo industrial.*

✠ *Da sua casa de Taboeira seguiu para Santarem o sr. José Lopes de Matos, um dos bons amigos deste jornal.*

O "expresso,, do mar

—=(*)=—

Maravilhoso invento naval italiano

Devidamente autorizados pela censura, vários jornaes de Roma publicam a descrição duma viagem levada a cabo por alguns redactores seus, atualmente mobilisados a bordo dum novo barco de guerra, o mais importante, sem duvida, de quantos se conhecem até á data e cuja construção, potente em andamento parecem destinados a revolucionar por completo a navegação maritima, tanto de guerra como mercante. Trata-se duma viagem de 800 kilometros efectuada no alto mar com a velocidade dum comboio expresso e dirigida, por se tratar duma viagem de experiencia, por um elevadissimo e egregio chefe da marinha italiana.

As primeiras experiencias das caldeiras dum navio apresentam geralmente algumas dificuldades. Todavía, este flamante e portentoso barco conseguiu alcançar desde já uma velocidade vertiginosa que sobreleva três vezes a de qualquer transatlantico, o que permite prevêr que, apenas com uma semana de entreinamento, poderá superar todas as previsões. Razões obvias nos actuais tempos de guerra, não permitem publicar dados e cifras; mas basta ter em conta que a marcha é o dobro da que pódem efectuar até mesmo os mais rapidos e modernos *dreadnoughts* austriacos, para que se formé uma ideia da importancia desta travessia de experiencia. De que modo se consegue obter tão poderosa velocidado? A combustão do carvão fossil nunca poderia produzir a intensidade de calorias necessarias para um esforço tão grande. Por outro lado, era necessaria uma enorme quantidade de carvão, tão grande que barco algum, por maior que fôsse, poderia carrega-la. Recorreu-se, pois, a nafta; mas nem sequer a simples combustão da nafta sería suficiente para desenvolver aquela quantidade de energias motora. Assim é que se construiram no ventre do navio espantosos infernos a que, por tradição, se chama caldeiras, embora nada tenham que vêr com elas. Nesta nova maquinaria, a nafta é colhida, pelo esforço titanico do ar comprimido, nuns cilindros perfurados por agulheiros helicóidais, através dos quais o combustivel sai pulverizado, com uma precipitação sensivelmente furiosa. Cada pulverisador destes introduz portanto, a referida essencia, assim transformada, num forno em que sopra perenemente—com a pressão de certas atmosferas—uma coluna de ar que é levada até abaixo por aspiradores rotativos, colocados no sentido da largura do convéz do barco. O choque das correntes atmosfericas com a nafta pulverizada e ardendo determina uma temperatura fantastica, oscilando entre 1.500 e 1.800 gráus. Já se póde calcular a energia que dimana do vapor, desencadeando-se de semelhante inferno deslumbrador. E' um sistema de vários fornos como este que constitue o elemento que se chama caldeira.

O novissimo navio de guerra, baloiçando-se debaixo dos pés dos navegantes como se a sua estrutura metalica estivesse sendo incessantemente sacudida por uma violentissima vaga, é provido de três caldeiras, cada uma das quais com a força duns 8.400 cavalos. Cada caldeira faz afluir o seu escape de vapor a uma canalisação gigantesca, coberta de materia refractaria, que recebe todos os escapes para em seguida os lançar contra as extremidades das turbinas. Estas põem em andamento os seus braços cujos movimentos giratorios são registados por um contador electrico de leitura directa. A dança dos numeros que se sucedem uns aos outros sem interrupção no quadro-leitura, permite-nos ter uma ideia aproximada da passmosa velocidade com que o barco sulca as ondas. O que este barco deixa atraz de si, não é a conhecida esteira que fervilha atraz dos navios, embora estes sejam dos mais velozes: mas uma verdadeira montanha de agua, embranquecida nos vortices espumosos que a elevam mais acima do convéz; é uma especie de onda monstruosa que segue a roda do leme sem nunca o alcançar, mas sobre o qual parece que está sempre a ponto de desabar.

Todo este revolvimento, que dá causa a um fragor parecido com um troar interminavel e que obriga os navegantes a falarem-se a bordo aos gritos, ao ouvido e silabando para conseguirem fazer-se entender uns aos outros, deixa no trajecto uma senda de ondas e espuma que mede até ao horizonte umas dez milhas de largura. Para não perderem o equilibrio, os mesmos navegantes teem de encurvar o corpo para a prôa e formar um angulo para deante, a fim de vencerem com todo o seu peso a massa de ar que se lhes precipita em cima, ameaçando derrubá-los para traz.

De vez em quando as valvulas de segurança do alto das colossais chaminés soltam silvos tremendos e potentissimos jorros de agua pulverisada, pois sempre que a pressão do vapor chega a sobrepujar a capacidade normal de resistencia das caldeiras, cada valvula expulsa automaticamente o excedente que se transforma em meudissima chuva. A não ser assim, é claro que as caldeiras vinham a rebentar. Com frequencia, o sol tinge os nimbos do vapor a esfriar com as côres do espectro e, então, o barco corre sob a abobada dum imenso arco iris, cuja aparição é o sinal do esforço maximo alcançado pelas maquinas, vibrando e estremecendo em todas as suas junturas.

O caça-torpedeiro que escolta o potente barco, ainda que, marchando a todo o vapor, fica rapidamente para traz, e já não é mais que um pontinho e um fio de fumo imperceptivel no horisonte. Todos os que vão a bordo do novo barco experimentam uma sensação de absoluta segurança contra qualquer tentativa de ataque por parte dos submarinos, por quanto nenhum deles, por maior que fosse o seu andamento, conseguiria lançar um torpedo no momento proprio para atingir um alvo tão efemero como é este *expresso* do oceano. Com efeito, a marcha duns noventa quilometros á hora, alcançada por este, é mais que suficiente para destruir os calculos que possa fazer o comandante dum submarino para apontar e disparar proveitosamente um torpedo. Com todas as probabilidades, os torpedos cruzariam a derrota do barco algumas centenas de metros depois da sua passagem.

A velocidade deste larguissimo e compridissimo barco de guerra, batisado com o nome de *Tutt'all* (Todo azas), infunde uma sensação magica de sereno predominio, de que participam instinctivamente os homens que leva a bordo, dando-lhes quasi que uma sensação de invulnerabilidade.

«E'-nos proíbido tornar publico—concluem dizendo os nossos felizes colegas que viajaram no *Tutt'all*—até onde fômos e o que fômos fazer. Mas se todos os italianos soubessem quão poucas horas foram precisas para percorrer aqueles 800 quilometros de mar, e em quão curto tempo um estaleiro italiano construiu, segundo planos italianos, com maquinas e aço italianos, este formidavel instrumento de batalha, identicos ao qual se estão construindo outros tres, estamos certos de que um gratissimo sentimento de admiração e justifica o orgulho embargaria a alma nacional, estimulando ao mesmo tempo o seu espirito empreendedor e incansavelmente activo.»

Necrología

Após cruciante e pavoroso sofrimento durante desaseis longos mezes, faleceu na madrugada de domingo passado, a snr.ª D. Ema Coelho, irmã do nosso amigo snr. João Rodrigues Coelho, empregado na secretaría dos impostos distritaes.

Um velho dever de amizade e apreço pelas qualidades da desventurada extinta, junto do seu leito de dôr nos levou, e de coração retalhado assistimos ao crescendo impressionante e dolorosissimo do seu sofrimento, para o qual nem os cuidados assiduos e dedicados de sua velha mãe e de seu irmão, nem tão pouco os da sciencia tantas vezes invocada, ofereceram a mais leve esperança, obtiveram o mais insignificante triunfo.

Modestissima e recatada, a sua existencia decorreu no seio dos seus, que ela amava em extremo, possuida dum nobre fanatismo por tudo quanto se prendesse com o

bem estar da familia e com a regularidade do seu lar.

Morreu cêdo, aos 31 anos, tendo o Destino para ela a dureza acerba e o sofrimento atroz da terrivel e impiedosa enfermidade que não perdôa: a tuberculose.

Da sua vida, da rapida passagem por junto de nós, ficou o delicado perfume das suas virtudes, que por largo tempo acordará a sua saudosa e querida memoria.

A' familia enlutada, a expressão muito intima e sincera do nosso pezar.

* * *

Em idade bastante avançada, parece que 93 anos já feitos, tambem se finou na terça-feira, em Vilar, o honrado lavrador João Matias, que mercê das suas excelentes qualidades de caracter era estimado por todo o povo do logar onde reside toda a sua familia.

Teve um funeral muito concorrido, devendo a sua memoria ser lembrada eternamente por muitos daqueles a quem fez bem.

Aos que o pranteam, os protestos das nossas condolencias.

PROTESTO

O abaixo assinado, morador no logar de Requeixo, vem por este meio protestar contra a *declaração* aleivosa que a seu respeito publicou em o n.º 193 do *Progresso*, seu visinho Manuel Francisco da Ponte, no intuito, talvez, de o tornar responsavel por qualquer acto criminoso contra si praticado com simulação, o que não é estranhavel em pessoas sem escrupulos.

Fique sabendo o *declarante* e o publico que não me servirei, como nunca me servi, de processos criminosos contra quem quer que seja, e que terei por dever explicar ao publico a causa da entoada *declaração*.

Requeixo, 5 de dezembro de 1915.

Manuel Marques Elias

UMA DATA HISTORICA

—=(*)=—

A comemoração do 1.º de Dezembro na Escola Normal reveste grande luzimento

Com o brilho dos anos anteriores realisou a Escola Normal a sua festa comemorativa da independencia da Patria no dia primeiro de Dezembro, assistindo a ela além do avultado numero de alunos que a frequentam, todos os professores que ali regem cadeira, ministrando o ensino do magisterio com a inteligencia que lhes é peculiar.

Presidiu á sessão soléne, que teve lugar numa das salas caprichosamente ornamentada com plantas da época e várias alegorías, o digno director da Escola sr. José Casimiro da Silva, que principiou o seu substancioso discurso pela seguinte estrofe de Camões:

Para pôrem as coisas em memoria
Que merecem ter eterna gloria!

Depois diz que sem condições geográficas naturais, que, de modo iniludível, limitem um país, sem caracteres difirenciais de raça, que sirvam de argumento irrefutável para a constituição de uma nacionalidade, Portugal tem mantido através dos séculos a sua independência política, apezar das tentativas feitas por vezes para o encorporarem na grande nação peninsular.

A Geografia e a Geologia ligam-nos, com efeito á Península Hespânica de que o nosso território é a vertente ocidental, a mais extensa e suave, por onde descem a mergulhar no oceano os maiores rios peninsulares; os caracteres antropológicos ligam-nos aos nossos visinhos da Peninsula de que apenas nos separam algumas modalidades étnicas, que não são mais difirenciais, nem trazem maior alteração nos caracteres comuns de raça do que as que observamos em regiões do nosso país, apezar da sua pequenez.

O sólo da Peninsula é um só, formando quasi todo uma unidade morfológica, e as pequenas diferenças, que nele se notam, não destroem a unidade do conjunto, nem argumentam em favor do nosso país, onde apenas existe uma pequena faxa caracterizada pela sua formação geológica, que não justificaria a constituição de um agregado nacional, pela sua posição e pela limitada extensão que ocupa.

O sólo português está assim ligado ao da Peninsula, por caracteres geológicos e geográficos comuns.

A raça que habita a Peninsula é a mesma, apezar das diferenças de lingua, e, se diferenças étnicas ha, são elas mais evidentes, mais profundas, mais caracteristicas em regiões submetidas ao dominio de Castéla, do que as que entre nós e os castelhanos existem.

Negada assim a razão de ser da nossa existência, como nação independente, baseada em factores antropológicos e geomorfológicos, cujo valor provativo a sciencia contesta, onde vamos buscar argumentos ou factos que a justifiquem?

A' História.

O português fez Portugal político, como o holandês fez a Holanda. O português constituiu uma nacionalidade livre, independente, como o holandês tem reconquistado á custa de esforços, ao oceano, grande parte do sólo onde exerce a sua actividade.

Na verdade a História, que em Portugal se sobrepõe á Geografia e á Antropologia, desmentindo a lógica da natureza e obedecendo primeiro á lógica do arbítrio e depois á logica dos factos, irrefutavelmente justifica a independência da nossa nacionalidade.

Vereis amor da Pátria, não movido
De prêmio vil, mas alto e quasi eterno;

Remedio francês

Remedio francês

Que não é prémio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.

(*Luziadas*—Canto 1.º—Est. 10.ª)

Sem recorrermos á necessidade da intervenção divina, que servia para explicar muitos factos, que a mentalidade humana, pouco dada a investigações fóra da esfera do misticismo, invocava para resolver problemas para ela incompreensíveis, temos, muito prosaicamente e no campo da investigação possivel, a crítica histórica, que dos factos nos dá a explicação racional.

Acompanhando e estudando a evolução da nossa nacionalidade, encontramos suficientemente demonstrada a razão da existência de Portugal, como nação independente, a razão da nossa independencia, que temos defendido e defenderemos com entranhado amor e acrisolado patriotismo.

Remontemos á época em que se lançaram as bases da nossa nacionalidade.

D. Afonso Henriques, sintetizando as aspirações dos turbulentos fidalgos gôdos de Aquem-Minho, que viam, com desgosto, dominar na côrte da infanta de Portugal os fidalgos galegos, e satisfazendo as suas próprias ambições, conseguiu que Afonso VII de Leão lhe reconhecesse o título de rei e que o papa, então árbitro da cristandade, sancionasse mediante um tributo, a independência da monarquia que se fundava.

O pôvo, por pouco interveio no caso, tão afastado andava das questões, que entre si tinham os príncipes ou os nobres e de que ele era afinal a única vitima, pelas nenhumas regalias de que gosava e pelo nenhum valor de que dispunha.

Mas D. Sancho I, organizando prodigamente concelhos, com a reforma dos poucos existentes e a criação de muitos novos, dentro dos então acanhados limites do país, lisongeou o povo com as regalias que lhe concedeu, na autonomia local, e legou aos seus sucessores uma força em que se apoiaram para resistir ás exigências da nobreza e do clero.

Essa organização democrática, que tanto se robusteceu entre nós, criando o sentimento de independência individual e colectiva nos concelhos, estendeu-o, pela confederação, que formou sob a presidencia do monarca, a todo o país que ao mesmo chefe estava submetido.

Foram esses núcleos locais o berço da independência de Portugal, mais que o tratado de Çamora, mais que a sanção do papa.

D. Afonso III, chamando o terceiro estado a colaborar na resolução das questões que mais interessavam a causa pública, cimentou ainda mais o sentimento nacional, porque a todos deu iguais direitos e a todos impôz iguais deveres, e a todos fez compartilhar da direcção dos negócios do país.

Esse sentimento estava de tal moda enraizado na alma do pôvo português, quando se deu a crise dinástica, depois da morte de D. Fernando, que as côrtes, reunidas em Coimbra em 1385, aí afirmaram a soberania nacional elegendo um rei português.

Não era a manifestação platónica de um pôvo que lavrava o seu protesto contra as pretenções de um monarca poderoso, que senhor já da maior parte da Peninsula, invocava os seus direitos á posse desta nesga de terreno para com ela aumentar os seus já tão vastos domínios: — era a vontade firme, decidida de um povo que queria manter-se independente dentro do território, que os seus antepassados haviam conquistado a golpes de espada, governando-se pelas leis em cuja elaboração ele tinha cooperado.

As côrtes de 1385 representam um dos maiores acontecimentos da nossa História. Os feitos guerreiros que as antecederam e as seguiram são a afirmação concreta da soberania nacional nelas proclamada e da independencia nacional por elas defendida.

Intenso era já o amor pátrio que se albergava no coração dos portuguesês para resistirem tão heroicamente aos poderosos exercitos castelhanos.

Desses feitos só são capazes os povos dominados por sentimentos superiores.

Assegurada assim a nossa independencia,

Não sofre o peito forte, usado á guerra,
Não ter inimigo a quem faça dano;
E assim, não tendo a quem vencer na terra,
Vai cometer as ondas do Oceano.

(*Luziadas*—Canto IV—Est. 48.ª)

Quais outros fenícios ou normandos, os portuguesês arrojadamente se lançam nas emprêsas de além e depois de terem *devassado mares nunca dantes navegados,*

Entre gente remota edificaram
Novo reino que tanto sublimaram.

(*Lusiadas*—Canto 1.º—Est. 1.ª)

Começa então a maior das epopeias de que nos dá notícia a História da Humanidade e a Europa medieval, debatendo-se em lutas estereis entre os senhores feudais, assiste assombrada a este facto estupendo: um povo quasi ignorando da Peninsula Hespânica resolve os problemas mais importantes da sciência da época e, com uma audácia inconcebivel e de que nos falam as lendas gregas, sustenta em terras longinquas a honra da sua bandeira contra poderosos inimigos que ele foi provocar.

Desde então a individualidade do pôvo português tornou-se inconfundível. Se nas côrtes de 1385 ele havia afirmado a sua soberania, nas gloriosas emprêsas marítimas ele provou a sua existência histórica.

Estes são os factos que fizéram de Portugal um povo livre, respeitado e consagrado pela civilização.

A sua independência está assegurada no coração de todos nós; a honra da sua Bandeira será defendida neste sólo que foi berço de tantos herois, enquanto houvér nele um coração que pulse, enquanto houvér nas nossas veias uma gota de sangue para verter.

Contudo, este pôvo tão altivo, tão brioso, sucumbiu ao jugo castelhano e suportou 60 anos de cativeiro.

Os povos como os organismos, têm as suas crises e aquela de que Portugal padeceu foi terrivel nos seus efeitos.

Entusiasmado com as surpresas de além-mar, o povo esqueceu-se das regalias dos concelhos, a autonomia local desapareceu usurpada pelos reis, que, sem o saberem, destruiram as bases da independência nacional, os alicerces sobre que haviam construido a sua soberania.

Corrompido pelas riquezas da India, perdeu o hábito do trabalho; desmoralizou-se; o jesuita fanatizou-o; a inquisição aterrou-o. Deixou de ser um povo de herois para ser um povo de famintos e de fanáticos e de hipócritas.

A diplomacia austríaca envolveu na sua teia emaranhada a côrte portuguêsa, onde não foi dificil encontrar conselheiros, que influissem no espírito dos monarcas, como D. Manuel e D. João III, fazendo-os sonhar ilusões irrealizaveis: a união de Portugal a Castéla sob a soberania portuguêsa. Era o projecto de D. Afonso V e de D. João II realizado sob uma fórma ilusória para o soberano português. Carlos V tinha a ambição de dominar sobre toda a Europa.

Filipe II, continuando a política do pai, conseguiu que D. Sebastião se não casasse e pouca força dava aos argumentos com que combatia a jornada de Alcacer-Quibir.

Os seus amigos em Portugal secundavam-no.

O desastre de Alcacer-Kibir foi apenas um pretexto. Portugal caíu sob o jugo castelhano. Bem o antevia o poeta, quando dizia:

O favor com que mais se acende o engenho,
Não no dá a Pátria, não, que está metida
No gosto da cubiça, e na rudeza
De uma austéra, apagada, e vil tristeza.

(*Luziadas*—Cant. X—Est. 145.ª)

Mas 60 anos de vexames bastaram para despertar o brio dos portuguêses, que, sugestionados pela voz autorizada de João Pinto Ribeiro e Sanches de Baena, num momento conseguiram restaurar a liberdade nacional.

E' essa data gloriosa da nossa História que nós hoje comemoramos, para que ela se conserve imorredoira na memória de todos os portuguêses, não para exacerbar ódios, mas para afirmar e alimentar o sentimento de independência.

Ha 531 anos, como ha 336, como ha 276, como hoje, como ámanhã, o sentimento da Espanha a nosso respeito, sob o regimen monárquico ou sob o regimen republicano, são e serão sempre os mesmos,

Ingénuo será quem os julgar modificados.

Portugal tem um vasto domínio colonial, ocupa na Península uma situação privilegiada e é o natural prolongamento da Espanha para ocidente.

A nós, professores, cabe a patriótica missão, hoje mais do que nunca, urgente, de educar o povo nos sentimentos que elevam o caracter moral, nos principios que tornam poderosas as nações pequenas.

Portugal foi grande enquanto teve a educação rude, mas cheia de nobreza, de justiça e de dignidade pessoal dos seus filhos; caíu, quando lhe deformaram o caracter, quando esses predicados, que fazem o homem honesto e escrupuloso cumpridor dos seus deveres, se enfraqueceram no espírito dos cidadãos.

Eduquemos e respeitemos a tradição dos nossos maiores e Portugal, *esta ditosa Pátria minha amada* voltará a ser grande.

O orador terminou com um viva á Patria e outro á Republica, calorosamente correspondidos, des pois do que usam da palavra o alunos Manuel Ribau, D. Albertina Vidal, João de Oliveira da Velha, Inocencia Canelhas, que faz uma eloquente invocação á bandeira, arrancando quentes e prolongados aplausos, Adolfo de Oliveira, Aurea Castro, Manuel Antunes, Antonio Magalhães, Firmino Costa, Daniel Pinheiro, Antonio Ramos e Manuel Figueira.

Alguns petizes da Escola Anexa disseram, com muita graça, diferentes poesias, tendo tambem mimoseado a assistencia com dois numeros de musica a sólo os irmãos Gervasio e Carlos Aleluia, que foram assaz apreciados, recolhendo estrepitosas salvas de palmas.

Durante a sessão fez-se ouvir o *Hino Nacional*, o *Hino da Bandeira*, *Bandeira Bicôlor*, *Marcha das Escolas*, *Patria e Bandeira* e o *Hino da Restauração*, cujas execuções pela orquestra da Escola eram acompanhadas a vozes por um distinto grupo de alunas, egualmente digno de mensão especial pela maneira como se houve no desempenho dêsses numeros de musica.

Como festa de caracter puramente patriotico, devemos concluir que a Escola Normal continua a honrar as tradições de que anda precedida desde que assumiu a sua direcção o velho republicano e talentoso professor, sr. José Casimiro da Silva, lamentando nós mais uma vez que a excessiva modestia do abalisado educador ainda o não tenha demovido a tornar publicas esta e outras comemorações de tão alto alcance social e colectivo.

Acertada resolução

—=(*)=—

Cada cabeça, cada sentença— diz o ditado e é bem certo.

Agora espalha-se que o fim da rêunião havida entre os grandes da terra—e que o *orgão do Partido Republicano Português em Aveiro*, não se animou a relatar nos ultimos numeros—era resolver a ida a Lisboa de alguns partidarios para, levados pela mão do seu *ilustre* patrono á presença do sr. Afonso Costa, membro do Directorio, apresentarem o seu protesto contra a marcha geral da politica em menoscabo dos altos interesses do país e do regimen. Parece que entre outras razões apresentadas seriam referidas aquelas que se prendem com a vergonhosa conezia usufruida pelo amanuense do governo civil, snr. Francisco da Encarnação, que é ao mesmo tempo comissario de policia, administrador do concelho, secretário da Estatistica e até membro provisorio da comissão de censura (!) e candidato ao logar de chefe da secretaría da Junta Geral do distrito; contra a continuação do abono de 15 escudos mensaes a outro conspicuo republicano, *velho correligionario*, o cidadão Acacio Roza, que continua a ser secretário da Comissão de Subsistencias, de que ele, para gloria do sr. governador civil, é o unico sobrevivente, resistindo *honradamente* aos efeitos mortaes do decreto que aniquilou a referida comissão. Lembrar-se-ia tambem

sr. governador civil permitir que o snr. Eugenio Ribeiro exercesse as funções de medico meliciano junto á comissão de reinspecções militares dentro da area do distrito, onde o sr. Eugenio Ribeiro é o governador civil; solicitar-se-ia que o sr. ministro da instrução ponha termo á

ao atentado

que se pretende realisar, mudando para uns compartimentos humidos, frios, sem luz e sem ar, no rez do chão, a aula da escola primaria, que está funcionando no edificio do extinto convento de Santa Joana, para ser fornecido o andar superior, como moradia, ao porteiro do governo civil, que, nomeado conservador do museu, se julga mais no direito de lhe ser facultada casa de residencia, sem querer saber de mais cousa alguma e se a escola fica bem ou fica mal; protestar-se-ia contra as *aleivosias* com que se tem tentado atingir o snr. Marques Gomes, director do aludido museu regional, atribuindo-se á sua falta de vigilancia o desconhecido destino dado a vários objectos que estavam entregues á sua guarda, assim como a falta de despacho ao pedido de sindicancia que aquele cidadão apresentou, por se julgar atingido por taes *aleivosias* na sua imaculada dignidade. Além disso instar-se-ia com o snr. governador civil para que consiga do delegado de saude a publicação do seu famoso relatorio onde tão *profunda*, *desinteressada* e *scientificamente* estão consignadas as razões justificativas para a mudança da aula para a loja e do sr. José de Pinho para a sala, pedindo-lhe para que torne publico o parecer da comissão com que o Senado judiciosamente entendeu incomodar-se a fim de julgar se o snr. José de Pinho deve ir para cima e as pobres creanças, acompanhadas pelo seu professor, pódem vir para baixo—mesmo sem ar, sem luz, sem nada.

Mais espalham que o sr. Barbosa de Magalhães, em resposta a um telegrama enviado pelos seus partidarios a proposito da viagem, respondera tambem telegraficamente marcando o dia, que não podémos conseguir saber qual fôsse, mas em compensação apurámos que o *ilustre* deputado, *erudito* professor, *distinto* causidico, *fogoso* orador, *habil* funcionário do ministerio da justiça e *autorisado* arbitro na questão dos lucros, etc., está profundamente indignado com a existencia de todos estes factos, que o irritam e penalisam, porque afinal todos nós sabemos como s. ex.ª é absolutamente avêsso a tudo que implique a mais leve afronta á justiça, ao direito e especialmente á moralidade das instituições de que ele sempre foi um fervoroso apostolo e dedicado servidor...

Nem admira...

Retrato da Moda

Executam-se no Foto-Electrico, instalado no Largo do Rocio, ao preço de $15 cada meia duzia.

Anuncios

REGIMENTO
—DE—
CAVALARIA N.º 8

Anuncio

O Conselho administrativo do regimento fáz público de que no dia 20 do corrente, pelas 12 horas, ha-de proceder-se á arrematação particular dos géneros abaixo indicados que não são fornecidos pela manutenção militar:

- Batata
- Lenha
- Carne de carneiro
- Carne de vaca de 1.ª qualidade
- Carne de vaca de 2.ª qualidade
- Sal
- Cebolas
- Hortaliça
- Massa
- Grão de bico
- Banha de porco.

As propostas para concorrer á arrematação feitas em papel comum, serão entregues no referido conselho até á hora da abertura da praça.

Quaesquer esclarecimentos são facultados neste conselho todos os dias uteis das 11 ás 15 horas.

Quartel em Aveiro, 5 de Dezembro de 1916.

O Secretario Tesoureiro
Fernão Couceiro da Costa
Alferes de Cavalaria

REGIMENTO
—DE—
CAVALARIA N.º 8

Anuncio

O Conselho administrativo do regimento fáz público de que no dia 21 do corrente pelas 12 horas, ha-de proceder-se á venda em hasta publica, na parada do seu quartel, de trez solipedes julgados incapazes do serviço do exercito.

Quartel em Aveiro, 5 de Dezembro de 1916.

O Secretario Tesoureiro
Fernão Couceiro da Costa
Alferes de Cavalaria